



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

### REQUERIMENTO Nº, DE 2025

(Do Sr Capitão Alden)

Requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, para esclarecimentos.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219 e 117, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a CONVOCAÇÃO do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, para comparecer a esta Comissão, em data a ser designada, a fim de prestar informações e esclarecimentos acerca dos seguintes temas:

#### **1. Defesa de fronteiras e enfrentamento do crime organizado transnacional:**

- Detalhamento das ações planejadas e estratégias de integração entre órgãos federais, estaduais e municipais;
- Resultados e impactos das operações recentes de combate ao crime organizado transnacional;
- Medidas adotadas para fortalecimento da segurança nas regiões de fronteira, essenciais para a soberania nacional.





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

### **2. Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida):**

- Detalhar recursos financeiros alocados especificamente para o benefício dos profissionais de segurança pública, incluindo investimentos em saúde, capacitação e suporte psicossocial;
- Apresentar o cronograma de implementação e abrangência do programa, garantindo que todos os policiais, bombeiros, agentes penitenciários e outros servidores de segurança tenham acesso aos recursos e programas de qualidade de vida;
- Explicar o acompanhamento e monitoramento da saúde física e mental desses profissionais, com indicadores de eficácia, programas de prevenção ao estresse e suporte psicológico contínuo;
- Avaliar os resultados e impactos do programa sobre o desempenho, motivação e bem-estar dos profissionais, assegurando o reconhecimento, valorização e incentivo àqueles que diariamente arriscam suas vidas em defesa da população e da ordem pública;
- Apresentar medidas adicionais propostas ou em andamento para fortalecer a proteção, o cuidado e a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública no país.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

### **3. Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública – Programa Habite Seguro:**

- Informar recursos financeiros destinados, execução orçamentária e cronograma de entregas;
- Apresentar resultados alcançados e número de profissionais beneficiados, reafirmando o compromisso do Estado com aqueles que protegem a sociedade e a ordem pública.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O presente requerimento tem por objetivo convocar o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, para prestar esclarecimentos acerca de temas de relevância nacional que envolvem diretamente a proteção das fronteiras brasileiras, o enfrentamento do crime organizado transnacional, bem como a valorização e qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, pilares fundamentais para a manutenção da ordem, da soberania e da paz social.

Em primeiro lugar, cumpre destacar que o Brasil enfrenta sérios desafios relacionados à segurança em suas fronteiras. De acordo com o Ministério da Defesa, a faixa de fronteira brasileira possui 16.886 km de extensão, abrangendo 11 estados, 588 municípios e cerca de 27% do território nacional, sendo porta de entrada de crimes como tráfico de drogas, contrabando de armas, garimpo ilegal e lavagem de dinheiro. O Atlas da Violência 2024, publicado pelo Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que mais de 60% das armas ilegais apreendidas no Brasil têm origem transnacional, o que reforça a





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

necessidade de políticas mais eficazes e coordenadas de segurança de fronteira. Além disso, operações como a Ágata e a Guardiã das Fronteiras, realizadas em conjunto pelas Forças Armadas e forças policiais, demonstram resultados positivos, mas ainda insuficientes diante do avanço do crime organizado. É dever do Parlamento cobrar explicações e garantir que tais operações sejam permanentes e estruturadas, e não apenas ações pontuais.

No que se refere aos profissionais da segurança pública, é notória a importância de políticas voltadas para a valorização e o cuidado com aqueles que diariamente se expõem a situações de extremo risco em defesa da sociedade. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024 revela que mais de 180 policiais foram mortos em serviço ou fora dele em 2023, e que o Brasil figura entre os países com maiores índices de letalidade policial e de vitimização de agentes. Esse cenário reforça a urgência de ações como o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida), que busca ofertar suporte psicossocial, capacitação, acompanhamento médico e medidas de prevenção ao estresse. Todavia, até o momento, faltam informações transparentes sobre a alocação orçamentária, abrangência e indicadores de impacto do programa.

Outro ponto fundamental é a execução do Programa Habite Seguro, instituído pela Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022, que visa facilitar o acesso à moradia própria para policiais militares, civis, federais, rodoviários, bombeiros, agentes penitenciários e demais profissionais da segurança pública. Segundo dados da Caixa Econômica Federal, responsável pela operacionalização do programa, foram contratados aproximadamente 11 mil financiamentos

Apresentação: 15/08/2025 13:58:33.970 - CSPCCO

REQ n.284/2025





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

habitacionais até o final de 2023, número ainda muito aquém da demanda existente entre os mais de 700 mil profissionais da segurança pública no país. Além disso, o Tribunal de Contas da União já alertou para a baixa execução orçamentária do programa em 2023, sendo necessário compreender os entraves que têm dificultado sua efetiva ampliação.

Diante desse cenário, a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública se mostra indispensável para que esta Comissão possa exercer sua função constitucional de fiscalização e controle, conforme o artigo 50 da Constituição Federal. Cabe ao Parlamento garantir que a política de defesa das fronteiras seja eficaz no combate ao crime organizado, que os programas voltados à qualidade de vida dos profissionais de segurança pública não se limitem a promessas sem execução, e que o Programa Habite Seguro seja de fato um instrumento de valorização e reconhecimento daqueles que arriscam suas vidas pela proteção da sociedade.

Assim, a aprovação deste requerimento é medida necessária para assegurar a transparência, a eficiência e a efetividade das políticas públicas de segurança, bem como para reafirmar o compromisso desta Casa com os profissionais que sustentam, na prática, a garantia da lei e da ordem em todo o território nacional.

Sala da Comissão, em de      de 2025.

Deputado **Capitão Alden**

